

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DA TECNOLOGIA E DO TRABALHO PARA A PROMOÇÃO DA VIDA

ANTONIO MIGUEL BARROS TENÓRIO VARJÃO
DOS SANTOS¹

Resumo

Em 1930, o economista britânico John Maynard Keynes escreveu sobre o futuro dos netos das pessoas de sua geração, imaginando que, por força do progresso tecnológico, eles seriam emancipados do trabalho, teriam suas necessidades materiais satisfeitas e poderiam se dedicar a causas mais elevadas. Passados mais de 90 anos desde a publicação do texto de Keynes, embora a tecnologia tenha superado em muito a imaginação do autor, o futuro profetizado por ele ainda não chegou. Este ensaio analisa os motivos de o progresso social profetizado por Keynes não ter se concretizado, diagnosticando a maneira como historicamente a tecnologia tem impactado na vida das pessoas e questionando a existência ou a necessidade de construção de um desenho social, mais justo e fraterno, que compatibilize a tecnologia com a ciência e a vida, e que deva ser perseguido mediante a elaboração e a execução de um projeto nacional.

Palavras-Chave: Tecnologia; Trabalho; Vida; Administração Política.

Abstract

In 1930, british economist John Maynard Keynes wrote about the future of the grandchildren of people of his generation, imagining that, by virtue of technological progress, they would be emancipated from work, would have their material needs met, and could pursue higher causes. More than 90 years have passed since the publication of Keynes' text, although technology has far surpassed the author's imagination, the future prophesied by him has not yet arrived. This essay analyzes the reasons why the social progress prophesied by Keynes has not materialized, diagnosing the way in which technology has historically impacted people's lives and questioning the existence or need to build a more just and fraternal social design, which make technology compatible with science and life, and that should be pursued through the elaboration and execution of a national project.

Palavras-Chave: Technology; Work; Life; Political Administration.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Gama Filho. Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas. Analista jurídico do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Introdução

Quanto Keynes escreveu, em 1930, sobre as possibilidades econômicas para os netos das pessoas de sua geração, ele imaginava que, em menos de um século, os avanços tecnológicos aumentariam de tal forma a produtividade que liberariam a espécie humana da necessidade de trabalhar para prover a sua subsistência.

O famoso economista britânico nutria esta esperança sem sequer ter sonhado com as maravilhas tecnológicas do nosso tempo, como os computadores, os *smartphones*, a internet, o *Wi-Fi*, os leitores de código de barras, os aplicativos de banco, os caixas eletrônicos, os drones, que estão por aí, ao alcance de muita gente.

Tendo transcorrido quase um século desde a publicação deste texto de Keynes, é possível afirmar que, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, a realidade superou em muito a imaginação do autor.

É necessário perguntar, entretanto, por que o outro aspecto da profecia keynesiana, o aspecto do progresso social, não se cumpriu, ou seja, por que a humanidade ainda necessita trabalhar, e trabalhar muito, para prover a sua subsistência?

Mais que isto, é necessário perguntar qual o futuro que a humanidade deseja? Um futuro igual ao presente, marcado por muito trabalho, para aqueles que trabalham, e pela exclusão e miséria dos que não encontram trabalho, ou um futuro em que todos vivam com dignidade, desfrutando, e não temendo, dos benefícios da tecnologia?

Este ensaio diagnostica a maneira como atualmente a tecnologia impacta no trabalho e, conseqüentemente, na renda e na vida das pessoas, bem como descreve a reação recente do Estado Brasileiro a estes impactos.

Este ensaio também propõe uma alteração nos rumos que o Estado, como coordenador das relações sociais, precisaria dar a sua atuação caso se deseje um futuro como o profetizado por Keynes (1930), em que a humanidade viverá dignamente e emancipada do trabalho.

Da atual dinâmica da tecnologia em relação ao trabalho e à vida

Desde que o mundo é mundo, a tecnologia – que aqui é entendida como o conjunto de conhecimentos e de instrumentos, produzidos ou

orientados por aqueles conhecimentos – tem auxiliado a espécie humana, tornando sua vida mais confortável e menos penosa.

A tecnologia, desde sempre, tem se somado ao trabalho humano para possibilitar que a espécie humana, ou, pelo menos, uma parcela dela, obtenha, com menos esforço e sofrimento, os bens de que necessita para sobreviver.

A confecção de instrumentos de pedra, madeira e metal, a descoberta da agricultura, a domesticação dos animais, o domínio do fogo, o conhecimento sobre as estações do ano, o uso do cavalo como meio de transporte são exemplos de tecnologias que auxiliaram a humanidade a satisfazer, com menos custo, suas necessidades materiais.

A medida em que estas tecnologias progrediram, a produção e a produtividade dos bens necessários à vida humana aumentou, contudo, como na história recente de nossa espécie a distribuição da produção nunca foi equitativa, este aumento, conseqüentemente, não beneficiou equitativamente toda a humanidade.

Na pré-história, na antiguidade e no medievo, entretanto, tecnologia e o trabalho humano ainda estavam distantes de conseguir prover todas as necessidades de todos os integrantes da espécie, sendo necessário que todos trabalhassem, e trabalhassem muito, utilizando a tecnologia disponível, para que se produzisse o suficiente para prover a subsistência da humanidade.

A idade moderna e a idade contemporânea, porém, apontam no sentido da superação deste estado de coisas, tendo em vista o advento da ciência, como forma privilegiada de conhecimento, e do capitalismo, como modo de produção.

A metódica abordagem da natureza e da sociedade, que caracteriza o conhecimento científico, permitiu que a humanidade desvendasse as suas leis e as controlasse de maneiras que, antes, não foram sequer sonhadas. A partir deste conhecimento, foram desenvolvidos instrumentos e técnicas de aumentaram vertiginosamente a produtividade e a produção.

O aumento vertiginoso da produtividade permitiu que, com menos insumos, inclusive com menos trabalho, se produzisse os bens necessários para a subsistência da humanidade. Neste contexto, a própria quantidade de bens produzidos, ou seja, a produção, também aumentou. Este duplo aumento, de produtividade e de produção, deveria proporcionar uma vida

menos penosa e mais abundante para a humanidade, contudo, como a distribuição não é equitativa, não foi isto que aconteceu.

O vertiginoso progresso tecnológico, aplicado à produção, beneficiou sobremaneira os proprietários dos meios de produção, chegando mesmo a prejudicar, em determinados momentos da história, os demais seres humanos. Neste ponto, convêm pedir ao leitor que tenha paciência e que não conclua que aqui se faz uma crítica ao desenvolvimento tecnológico, mas apenas uma análise das consequências deste progresso tecnológico num ambiente tão marcado pela desigualdade.

Ao aumentar vertiginosamente a produtividade, o progresso tecnológico tornou o trabalho humano supérfluo, uma vez que eram necessárias cada vez menos pessoas para produzir a mesma quantidade de produtos. A mesma tecnologia, por outro lado, aumentou a quantidade de pessoas aptas a trabalhar, pois atividades que antes exigiam homens robustos, passaram a poder ser executadas por frágeis menininhas.

Deste casamento, entre a tecnologia que tornava o trabalho humano cada vez mais dispensável e a enorme e crescente (porque passou a incluir as mulheres e as crianças) massa de trabalhadores, resultou um ambiente amplamente favorável para os proprietários dos instrumentos e das técnicas e, por outro lado, amplamente massacrante para aqueles que só tinham seu trabalho para oferecer.

É neste contexto que vê, ao lado do aumento da produtividade e da produção, o pagamento de salários miseráveis e a imposição de cargas de trabalhos exaustivas, superiores a 12 horas por dia.

Do lado dos proprietários dos instrumentos e das técnicas, nem tudo são flores. A produtividade e a produção aumentam, contudo, eles encontram dificuldades para comercializá-la porque uma parcela significativa da humanidade, os trabalhadores assalariados, tem uma renda muito baixa, e outra significativa parcela da humanidade, os trabalhadores excluídos do processo produtivo, simplesmente não tem renda alguma. Eis o cenário criado pela “mão invisível do mercado” no início do século XX, um cenário de crise nunca antes imaginado, uma vez que a insuficiência da produção sempre se verificou do lado da oferta e nunca do lado da demanda. A “mão invisível do mercado” levou à inusitada situação de haver produção, mas de não haver quem pudesse adquiri-la.

É neste contexto que Keynes publica, em 1926, sobre o fim do *laissez-faire*, criticando a suposta “harmonia divina entre o lucro privado e

o bem público” e defendendo a necessidade de se administrar sabiamente o capitalismo para se criar uma organização social que seja eficiente, mas que não ofenda à noção de uma vida satisfatória.

Logo após, em 1930, Keynes escreve sobre as possibilidades econômicas para os netos das pessoas de sua geração, descrevendo um futuro, que se concretizaria em menos de 100 anos, em que a humanidade seria emancipada, pela tecnologia, da necessidade de trabalhar exaustivamente para sobreviver.

Passados mais de 90 anos desde a publicação deste texto, bem sabemos que este futuro ainda não se concretizou. E isto não ocorreu por falta de recursos tecnológicos, uma vez que estes e a produtividade destes advindos são muito superiores a tudo o que Keynes pode ter sonhado em 1930. O futuro sonhado por Keynes não se concretizou porque, a despeito das conhecidas consequência do *laissez-faire*, optou-se por não administrar sabiamente o capitalismo e, conseqüentemente, por não se produzir uma organização social que valorize, concomitantemente, a eficiência e a vida.

Quando se debruça especificamente sobre o Brasil, se verifica uma insistência no *laissez-faire*, como se a “mão invisível do mercado” e a “harmonia divina entre o lucro privado e o bem público” pudessem resolver, sem a intermediação do Estado, os problemas produzidos pelo avanço tecnológico (e mais uma vez se frisa que não se está aqui criticando o avanço da tecnologia, mas se analisando as consequências deste avanço num ambiente marcado por tanta desigualdade).

Recorde-se que foi num contexto parecido com o vivenciado por Keynes nas primeiras décadas do século XX, que exigiam o reconhecimento da inconveniência do *laissez-faire* e uma maior intervenção do Estado na economia, que o Estado brasileiro aprovou, por iniciativa dos dois últimos presidentes, Michel Temer e Jair Bolsonaro, as drásticas reformas trabalhista e previdenciária, que apontam no sentido oposto ao apontado por Keynes, nos dois textos acima citados, para a construção de uma sociedade eficiente e valorizadora da vida.

A reforma trabalhista, aprovada sob a presidência de Michel Temer, propunha a criação de mais empregos mediante a destruição de direitos trabalhistas que, de fato, aumentam o custo da produção. A consequência prática desta política *absenteísta*, num contexto de alta tecnologia, de superfluidade do trabalho e de uma grande massa de desempregados, contudo, já é conhecida e não se caracteriza pelo aumento do nível de emprego,

mas pela precarização das relações trabalhistas, com o aumento da exploração e com a diminuição da renda dos trabalhadores.

Como o nível de emprego não aumenta, mas apenas a exploração dos empregados, a massa de desempregados se mantém ou se amplia, sendo por isto necessárias políticas de previdência e assistência social. No sentido contrário ao que a conjuntura exige, o Governo Bolsonaro aprova uma reforma previdenciária, dificultando o acesso dos brasileiros às políticas de previdência e de assistência social, empurrando-os, desta força, à exploração sem limites dos proprietários dos instrumentos e das técnicas.

Vê-se, pois, que, a despeito do avanço tecnológico, a humanidade não se emancipa do trabalho porque as relações produtivas não são sabiamente administradas e, por isto, em vez de produzir abundância e felicidade, produzem tristeza e miséria.

Da necessária dinâmica da tecnologia em relação ao trabalho e à vida

No tópico anterior viu-se que, a despeito do vertiginoso desenvolvimento tecnológico experimentado pela humanidade, uma significativa parcela dela ainda necessita de muito esforço para sobreviver, enquanto outra significativa parcela sequer encontra oportunidade de fazer esforço e só continua sobrevivendo porque o seu padrão de vida está muito abaixo do que merece qualquer ser humano.

Viu-se, também, que este estado de coisa decorre da opção de não administrar sabiamente o capitalismo, como aconselhado por Keynes, no escrito sobre o fim do *laissez-faire*, deixando-se a construção do desenho social ao acaso e às atividades da “mão invisível do mercado”, torcendo-se para a concretização, na terra, da “harmonia divina entre o lucro privado e o bem público”.

O desenho social que resulta deste processo descoordenado é por todos conhecido e caracteriza-se, de um lado, por conforto e abundância, para uma restrita parcela da humanidade, e, de outro lado, por miséria, exclusão e exploração, para a larga maioria dos seres humanos, trabalhadores ou excluídos dos processos de produção.

Viu-se, por fim, que, pelo menos no caso brasileiro, sob as duas últimas presidências, a opção que se fez foi a de manter a abstenção do Estado diante desta situação, na mais otimista das hipóteses, esperando-se que,

na ausência do Leviatã, as forças invisíveis do livre mercado façam o que nunca fizeram e impulsionem a sociedade para um desenho mais justo e fraterno, ou, na pior das hipóteses, pela simples indiferença às condições indignas em que vivem milhares de brasileiros. O recente veto presidencial ao Projeto de Lei n. 4968/19, que visa a distribuição de oito absorventes por mês a estudantes da rede pública e a mulheres em situação de vulnerabilidade social, indica a maior probabilidade da segunda hipótese.

É necessário, portanto, questionar se é este o desenho social que se deseja, marcado pela opulência de uns e pela exploração e exclusão de muitos outros, ou se se deseja outra organização da sociedade, em que os frutos da tecnologia sejam mais bem distribuídos, em que as pessoas trabalhem menos e em que todos tenham, pelos menos, suas necessidades básicas atendidas com dignidade.

Supondo-se que se opte pela segunda alternativa, ou seja, por um desenho de sociedade mais justo e fraterno, é necessário optar-se, também, pela construção desta realidade, mediante a administração dos processos sociais, que, abandonados ao acaso e às forças do livre mercado, embora tenham produzido muito conforto e riqueza, produziram muito mais miséria e sofrimento.

Um novo campo da ciência, a Administração Política, tem especial importância neste processo de concretização de um desenho social escolhido pela humanidade. Procurando estabelecer as bases teórico-metodológicas da Administração Política, Santos, Ribeiro e Santos (2009) lembram que, embora os epistemólogos costumem encarar, como objetos separados, a ciência e os conteúdos normativos, eles devem ser entendidos, para serem plenamente compreendidos, como partes integradas e indissociáveis de um único objeto.

A proposta destes autores, que tem imensurável importância para o tema aqui analisado, que é a da necessidade de conciliação da tecnologia com o trabalho e com a vida, é incorporar, na análise da realidade social, aspectos normativos, uma vez que, sem prescrições, a sociedade permanecerá sem rumo e a ciência continuará fadada à apenas descrever a miséria, a exploração e a exclusão que, eternamente, caracterizarão a vida da maioria das pessoas.

A ciência e a instituição que a conserva, a universidade, são as únicas instâncias capazes de realizar a tarefa normativa de, antes de tudo, fixar os moldes do desenho social desejável. Ao mercado e ao Estado, cooptado

pelo mercado, não interessa a realização desta tarefa. A sociedade, que certamente tem interesse nesta atividade normativa, uma vez que majoritariamente composta por explorados ou excluídos, está demasiadamente premida pela necessidade de sobreviver e certamente não se apercebe, nem tem como se aperceber, da necessidade de apontar o desenho social que deseja. Esta incumbência sobra, então, à ciência e à universidade, que, entretanto, também não tem assumido esta responsabilidade, pois, em grande medida cooptada pelo mercado, tem limitado-se a produzir conhecimentos que, apartados de seus aspectos normativos, embora tenham o potencial de tornar a vida humana mais confortável, ao fim e ao cabo, tem produzido mais exclusão e mais exploração (GOERGEN, 1998).

A partir da clara definição deste desenho e do diagnóstico da situação presente, devem ser pensadas as medidas necessárias para sua concretização. Sem o desenho, mesmo com o mais fidedigno diagnóstico, não haverá projeto. Com o desenho, talvez medidas como as reformas trabalhista e previdências dos Governos Temer e Bolsonaro, por apontarem no sentido diametralmente oposto à sua concretização, tivessem encontrado mais resistência na sociedade.

As linhas gerais deste desenho social que conciliasse o desenvolvimento tecnológico com o trabalho e a vida seriam, então, compostas por um sistema tributário mais justo, que onere os mais os abastados para subsidiar a vida dos excluídos do processo de produção (uma vez que, mesmo com um desenho social justo, a tecnologia promoverá exclusão de pessoas dos processos produtivos, e estas pessoas continuarão precisando comer, morar, vestir, cuidar da saúde, educar os filhos...), por uma legislação trabalhista que imponha limites à negociação da dignidade dos trabalhadores e por um sistema de assistência social que assegure dignidade aos excluídos do processo produtivo.

Não se ignora, aqui, as dificuldades materiais para a construção de uma sociedade assim, mas é necessário estabelecer, de maneira normativa, a situação desejada, para se pensar no itinerário que levará a ela, bem como para se evitar caminhos, como as reformas trabalhista e previdenciária dos Governos Temer e Bolsonaro, que dela nos afastam.

Embora a construção deste itinerário não seja fácil, caso realmente se deseje a construção de uma sociedade em que a tecnologia promova a vida, é necessário, pelo menos, evitar as ações com ela manifestamente incompatíveis, como as já citadas reformas trabalhista e previdenciária, e

empreender as medidas óbvias que tornarão mais fácil sua concretização, como, por exemplo, a taxaço das grandes fortunas, a criaço de um imposto de renda realmente progressivo, a diminuio da taxaço do consumo e mesmo a realizaço de reformas previdenciárias e administrativas, porém, não com o conteúdo das reformas que já passaram e das que estão em curso, que, no discurso, visam o combate de privilégios, enquanto, na prática, impactam negativamente na vida até de quem ganha apenas um salário-mínimo.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, em enorme medida, até estabelece, como meta a ser alcançada, o desenho social acima exposto, ao fixar, como seus objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ocorre que, na prática, parece que este texto não é lido com a devida seriedade, pelas razões acima já expostas, pela sociedade e, sobretudo, por seus representantes. Cabe, então, à ciência, à universidade e especialmente à Administração Política, o resgate normativo desta meta e a construção de um projeto da concretizá-la.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, escrito 90 anos depois do texto de Keynes sobre as possibilidades econômicas dos netos das pessoas de sua geração, viu-se que o futuro imaginado pelo economista britânico, marcado pela emancipação humana do trabalho por força da tecnologia ainda não se cumpriu, porém, não por falta de recursos tecnológicos.

Viu-se que o desenvolvimento tecnológico, sozinho, num ambiente caracterizado por profundas desigualdades econômicas, não tem o condão de emancipar os homens do trabalho e, ao contrário, acaba produzindo mais exploração, exclusão e miséria.

Sustentou-se, então, caso se queira um futuro como o imaginado por Keynes, a necessidade de se realizar, por meio do Estado, uma administração política, provavelmente concebida pela universidade, dos processos sociais de produção, a fim de dar feições positivas à relação da tecnologia com o trabalho para a promoção da vida, uma relação diferente da que

atualmente se observa, em que os avanços tecnológicos, embora potencialmente benéficos, acabam por impactar negativamente na vida da maioria das pessoas, que, por isto, os teme.

Para que os avanços tecnológicos sejam, por todos, desejados e festejados, é necessário garantir a dignidade daqueles que imperiosamente serão excluídos dos processos produtivos, mas que vão continuar precisando comer, vestir, morar...

Referências

- GOERGEN, P. Ciência, sociedade e universidade. **Educação & Sociedade**, v. 19, p. 53-79, 1998.
- KEYNES, J. M. As possibilidades econômicas de nossos netos (1930). In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ática, 1984.
- KEYNES, J. M. O fim do laissez-faire (1926). In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ática, 1984.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 919-941, 2009.